

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001

DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS PADRONIZADOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

1. ORIENTAÇÕES COMUNS A TODOS OS RELATÓRIOS

Os modelos estarão disponíveis em “planilha eletrônica”, visando oferecer facilidade na elaboração. Contudo, os relatórios deverão ser impressos e anexados ao volume próprio da prestação de contas anual.

Todos os relatórios conterão, no cabeçalho, a identificação do Município e da Entidade que está prestando contas, além do nome que especifica o relatório e exercício da prestação de contas.

Salvo indicação em contrário, todos os modelos se aplicam individualmente a cada Entidade que prestar contas, devendo ser elaborados e encaminhados em conjunto com as respectivas prestações de contas.

No rodapé deverão ser adicionados a identificação do Responsável pela entidade, com nome, cargo e assinatura, e do respectivo Contador, com nome, CRC e assinatura. Caso a informação contida no relatório se refira a áreas administrativas específicas, como recursos humanos, patrimônio ou licitações, poderá ser indicado o responsável pelo respectivo setor, em substituição ao Contador.

Os relatórios que contenham mais de uma folha, deverão conter número de folhas no seguinte formato: <número da folha> de <total de folhas> (exemplo folha 1 de 5)

TODOS OS RELATÓRIOS DEVERÃO SER ANEXADOS AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DE ACORDO COM **ANEXO I** DA INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 01/2002.

RELATÓRIOS SEM INFORMAÇÃO A SER PRESTADA DEVERÃO SER IMPRESSOS E ANEXADOS COM A EXPRESSÃO “**SEM INFORMAÇÕES**” E SERÃO ASSINADOS PELOS RESPONSÁVEIS E CONTADOR.

2. COLUNAS CUJO CONTEÚDO É PADRONIZADO (#)

As colunas que devam conter dado padronizado estarão indicadas com o símbolo (#), e o seu conteúdo estará limitado à lista de opções definidas neste manual.

Os modelos em planilha eletrônica já contém a lista de opções para a coluna previamente determinadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3. DESCRIÇÃO DOS MODELOS DE RELATÓRIOS

3.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Demonstra, em forma de relatório, a ficha cadastral dos agentes públicos responsáveis pelas contas da entidade. Os dados devem abranger o Prefeito, Vice-Prefeito, Gestores de Fundos e Dirigentes de Autarquias e Fundações.

No caso da Câmara Municipal, deve conter os dados dos Vereadores e do Presidente da Câmara, responsável pela prestação de contas, além de todos os vereadores suplentes que exerceram o mandato durante o ano de 2001, mesmo que em caráter temporário.

Todos os responsáveis deverão estar previamente cadastrados junto ao Tribunal de Contas. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Protocolo.

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Nome do Responsável: Nome completo dos responsáveis durante o exercício financeiro de 2001. Deverão ser relacionados todos os responsáveis por ordenação de despesas durante o ano, mesmo que em períodos descontinuados.

Número do CPF: Cadastro de Pessoa Física composto por 11 (onze) dígitos.

Número do CRC: No caso do Contabilista, o nº fornecido pelo Conselho Regional de Contabilidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Cargo/Função (#): Atividade desenvolvida na entidade. Tem as seguintes opções:

Prefeito
Presidente
Gestor
Diretor
Secretários ou cargos similares
Contador
Vereador
Outros

OBS.: Todos os Secretários Municipais deverão ser relacionados como responsáveis.

Data de Início: Dia, mês e ano do início das atividades do responsável na entidade.

Data de Fim: Dia, mês e ano do término das atividades na entidade.

Obs.: No caso de interrupção no período, informar a data inicial e final.

Endereço (Logradouro e Número): Nome do logradouro (rua, avenida, travessa, etc.), número e bairro da residência.

C.E.P.: Código de endereçamento postal do logradouro.

CIDADE: Nome do município em que reside.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.2 - CONCILIAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

Este relatório demonstra os valores que serão adicionados ou excluídos no saldo contábil das contas bancárias por ocasião do encerramento do Balanço Anual, para fins de recomposição dos saldos das respectivas contas correntes bancárias.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Nome do Banco: Razão social da entidade financeira.

Conta Bancária: Número da conta.

Saldo Bancário conforme extrato: Saldo da conta bancária em 31/12/2001, conforme extrato fornecido pela instituição financeira.

Saldo de Aplicação Financeira conforme extrato: Valor do saldo aplicado no mercado financeiro em 31/12/2001, relativo à conta bancária em referência, conforme extrato fornecido pela instituição financeira.

Descrição do Ajuste: Histórico da operação (cheque e número, aviso de crédito, aviso de débito, despesas bancárias e com manutenção da conta, recebimentos em cheque, etc ...), cada ajuste deverá ocupar uma linha do relatório.

Adições: Valores das operações que deverão ser somadas ao saldo bancário de 31/12/2001, para fins de ajustamento do saldo contábil na mesma data.

Deduções: Valores das operações que deverão ser subtraídas do saldo bancário de 31/12/2001, para fins de ajustamento do saldo contábil na mesma data.

Saldo Contábil: Representa o resultado final, após os ajustes (adições e deduções) ao saldo bancário. O saldo contábil de cada conta deve ser igual ao informado na relação de “DISPONIBILIDADES” do *Sistema de Captação de Dados Informatizados da PCA 2001*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

CONCILIAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

Nome do Banco	Conta Bancária	Descrição do Ajuste	Adições	Deduções
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00
		Saldo da Conta Bancária conforme extrato	0,00	XXXXXX
		Saldo de Aplicação Financeira conforme Extrato	0,00	XXXXXX
		SALDO CONTÁBIL	XXXXXX	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.3 - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Representa o detalhamento das receitas de aplicações financeiras auferidas durante o exercício financeiro de 2001, detalhando-as por conta corrente bancária..

Dados Mensais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Nome do Banco: Razão social da entidade financeira.

Conta Bancária: Número da conta.

Meses do Ano de 2001: Indicar mensalmente o valor da receita de aplicação financeira.

TOTAL: Total da receita auferida no exercício. Este valor deverá corresponder ao total indicado no extrato de aplicação da correspondente conta corrente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.4 - CONVÊNIOS, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS

Este relatório relaciona os termos de convênios, auxílios e subvenções, firmados no exercício.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Conta Bancária: Número da conta.

Nome do Banco: Razão social da entidade financeira.

Órgão Repassador: Identifica a entidade repassadora do recurso.

Esfera de Governo (#): Demonstra o nível governamental da origem do recurso. Deverá ser identificado obrigatoriamente como:

- Federal
- Estadual
- Não Governamental

Recurso (#): Indica a forma de controle a ser efetuado no recurso. Poderá ser somente dos tipos:

- Orçamentário (executado através do orçamento)
- Extra-Orçamentário (executado através do sistema financeiro)

Funcional/Programática: Identifica a função, programa, subprograma, projeto ou atividade em que o recurso será aplicado, devendo obedecer o orçamento vigente. No caso de o recurso ser Extra-Orçamentário deverá ser identificado pelo 999999999999.

Objeto do Convênio: Descrição da finalidade da aplicação do convênio, auxílio ou subvenção.

Valor Previsto: Valor total acordado do termo de convênio, auxílio ou subvenção, se houver, e aditamentos subsequentes.

Contrapartida Prevista: Valor correspondente à previsão de aplicação de recursos próprios no convênio, se for o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.5 - RECURSOS DE CONVÊNIOS, AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E REPASSES DO SUS

Este relatório demonstra os valores recebidos, mensalmente, pelo Município como resultado dos Convênios firmados e dos Auxílios e Subvenções recebidos.

Também serão listados os Repasses do SUS recebidos mensalmente, distinguindo-se as transferências do PAB e demais recursos da saúde.

Relativamente aos convênios, auxílios e subvenções, todos os instrumentos e/ou ajustes incluídos no relatório anterior (3.3 - CONVÊNIOS, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS) deverão estar relacionados neste documento.

Dados Mensais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Conta Bancária: Número da conta. Os números das contas devem corresponder com precisão àqueles constantes do relatório “CONVÊNIOS, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS”

Nome do Banco: Razão social da entidade financeira.

Alínea da Receita: Código da receita utilizado para a apropriação do recurso, conforme constante no orçamento anual.

Área de Ação (#): Seleção do tipo da despesa de acordo com as seguintes opções:

- Educação
- Saúde PAB
- Saúde Convênios
- Outras Áreas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RESUMO FINANCEIRO

Saldo do Exercício Anterior: Valor do saldo da respectiva conta bancária no mês anterior.

Arrecadado em 2001: Soma dos valores mensais arrecadados na conta do convênio.

Pagamentos Realizados em 2001: Soma dos pagamentos efetuados.

Saldo contábil em 31/12/2001: Resultado do saldo do exercício anterior mais as arrecadações do ano menos os pagamentos realizados.

MOVIMENTOS MENSAIS

Mês: Mês do ingresso do recurso.

Valores Arrecadados: Representa os ingressos ocorridos no mês.

Empenhado: Representa as obrigações assumidas no período (mês). Não deverão ser considerados os empenhos referentes à contrapartida.

Valores Pagos: Representa as obrigações pagas no período (mês). Não deverão ser considerados os pagamentos referentes à contrapartida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RECURSOS DE CONVÊNIOS, AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E REPASSES DO SUS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

Conta Bancária	Nome do Banco	Alínea da Receita	Área de Ação (#)	Mês	Valores Arrecadados	Empenhado	Valores Pagos
			Educação	1	0,00	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior		0,00		2	0,00	0,00	0,00
Arrecado em 2001		0,00		3	0,00	0,00	0,00
Pagamentos realizados em 2001		0,00		4	0,00	0,00	0,00
Saldo contábil em 31/12/2001		0,00		5	0,00	0,00	0,00
				6	0,00	0,00	0,00
				7	0,00	0,00	0,00
				8	0,00	0,00	0,00
				9	0,00	0,00	0,00
				10	0,00	0,00	0,00
				11	0,00	0,00	0,00
				12	0,00	0,00	0,00
				SOMA	0,00	0,00	0,00
			Saúde PAB	1	0,00	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior		0,00		2	0,00	0,00	0,00
Arrecado em 2001		0,00		3	0,00	0,00	0,00
Pagamentos realizados em 2001		0,00		4	0,00	0,00	0,00
Saldo contábil em 31/12/2001		0,00		5	0,00	0,00	0,00
				6	0,00	0,00	0,00
				7	0,00	0,00	0,00
				8	0,00	0,00	0,00
				9	0,00	0,00	0,00
				10	0,00	0,00	0,00
				11	0,00	0,00	0,00
				12	0,00	0,00	0,00
				SOMA	0,00	0,00	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.6 - RECEITAS DE ALIENAÇÕES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Este relatório demonstra os valores recebidos mensalmente com Alienações de Bens, Operações de Crédito e Amortização de Empréstimos e deve ser utilizado pelas entidades do Poder Executivo.

Dados Mensais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Mês: Mês do ingresso do recurso.

Alienações de Bens: O valor arrecadado mensalmente.

Operações de Créditos: O valor arrecadado mensalmente.

Amortização de Empréstimos: O valor arrecadado mensalmente.

Total do mês: Soma das arrecadações no mês.

TOTAIS: O relatório conterà totais por coluna.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RECEITAS DE ALIENAÇÕES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

Mês	ALIENAÇÕES DE BENS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	Total do Mês
janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
fevereiro	0,00	0,00	0,00	0,00
março	0,00	0,00	0,00	0,00
abril	0,00	0,00	0,00	0,00
maio	0,00	0,00	0,00	0,00
junho	0,00	0,00	0,00	0,00
julho	0,00	0,00	0,00	0,00
agosto	0,00	0,00	0,00	0,00
setembro	0,00	0,00	0,00	0,00
outubro	0,00	0,00	0,00	0,00
novembro	0,00	0,00	0,00	0,00
dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.7 - LEIS ORÇAMENTÁRIAS E ALTERAÇÕES DE REDAÇÃO

Resumo dos principais dispositivos das Leis de Natureza Orçamentária (PPA, LDO e LOA) e alterações de redação efetuadas durante o ano de 2001.

Neste relatório deverão ser indicados os dados na seguinte seqüência:

- 1° - Na 1° Linha - Lei Orçamentária, com valor total autorizado e percentual de suplementações autorizadas;
- 2° - Lei Orçamentária, com a transcrição dos artigos que permitam alterações ou remanejamentos de dotações, incluindo um dispositivo em cada linha;
- 3° - Alterações de redação da Lei Orçamentária, com a transcrição dos respectivos artigos, um em cada linha.
- 4° - Plano Plurianual;
- 5° - Alterações do Plano Plurianual, uma em cada linha;
- 6° - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- 7° - Alterações de redação da Lei de Diretrizes, uma em cada linha.

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: • Prefeitura Municipal

Considera-se que a Prefeitura Municipal, como centralizadora da proposta orçamentária, deverá encarregar-se das alterações de redação das respectivas leis.

Número da Lei: Número das Leis.

Data da Lei: Corresponde ao dia, mês e ano da assinatura da Lei.

Data da Publicação: Corresponde a data do jornal que contém a publicação.

Tipo da Lei (#): Pode ser dos tipos exemplificados abaixo:

Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Lei Orçamentária
Alterações do Plano Plurianual
Alterações da Lei de Diretrizes
Alterações de Redação - LOA

Valor Autorizado: Valor das Alterações, quando for o caso.

Percentual Suplementar Autorizado: Representa o índice autorizado para suplementar as dotações e aplica-se exclusivamente à Lei Orçamentária.

Outras Alterações Autorizadas na LOA e Principais Alterações de Redação das Demais Leis: Transcrição dos artigos das leis que se refiram aos assuntos especificados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.8 - ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E REALIZAÇÃO FÍSICA

Demonstração da adequação dos projetos orçamentários, diante do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como os dados de sua realização física.

Neste relatório serão incluídos todos os “projetos” contidos na Lei Orçamentária, de modo a indicar sua correspondência com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mesmo que o projeto não tenha sido executado, deverão estar indicadas as respectivas previsões física e financeira.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

a) DADOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Código Projeto: Codificação adotada na funcional programática. Todos os Projetos deverão estar relacionados. O código do projeto deverá conter quatro dígitos, iniciando com número ímpar.

Descrição da LOA: Detalhamento do projeto contido na Lei Orçamentária para 2001.

Unidade de Medida: Unidade mensurável de medida.(metro linear, Km, m², Leito, Peça, etc.)

Quantidade Prevista: Montante de execução física prevista. Este montante deverá estar compatível com a Unidade de Medida.

Valor Estimado: Custo do projeto previsto na Lei Orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

b) DADOS DA LEI DE DIRETRIZES

Área de Atuação: Setor da atividade governamental em que se enquadra o projeto.

Descrição da LDO: Descrição sucinta do projeto conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) DADOS DO PLANO PLURIANUAL

Descrição do PPA: Descrição sucinta do projeto conforme o Plano Plurianual.

d) DADOS DA REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROJETO

Quantidade Física Realizada: Totalização da realização física do projeto, em relação à unidade de medida e quantidade prevista.

Percentual Físico Realizado: Percentual de realização física em relação à estimativa contida na Lei Orçamentária.

Valor Empenhado: Valor total empenhado no projeto, no exercício financeiro de 2001.

Percentual Empenhado: Percentual empenhado de gastos do projeto em relação a previsão de realização financeira contida na Lei Orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.9 - SITUAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

Demonstra a situação funcional dos bens imóveis de propriedade da municipalidade e os gastos com reformas visando a preservação de sua utilidade.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Descrição do Imóvel: Detalhamento das características do bem, e seus registros legais.

Localização: Endereço do imóvel.

Dimensão: Tamanho do imóvel.

Usuário Atual: Responsável pela utilização do imóvel.

Tipo de Uso (#): Situação atual de uso do bem. Sendo:

- Em desuso
- Uso próprio
- Alugado
- Cedido

Gastos com Reformas no Exercício: Montante total da despesa com reformas, que será incorporado ao valor contábil do imóvel, no exercício financeiro de 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

SITUAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome: _____
Responsável pelo Setor de Patrimônio



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.10 - RELAÇÃO DOS BENS INCORPORADOS

Demonstra os ingressos dos bens ao patrimônio público. Sejam eles provenientes da execução do orçamento ou não.

Os totais deste relatório deverão ser iguais aos valores indicados na tabela “ATIVO PERMANENTE” do *Sistema de Captação de Dados Informatizados da PCA 2001*

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Descrição do Bem: Descrição sucinta dos bens incorporados. Bens de características idênticas adquiridos em lotes poderão ser relacionados em conjunto. Deverão ser abertas tantas linhas quantos forem os bens com descrição distinta em um mesmo empenho e/ou licitação.

Conta Contábil (#): Grupo em que se enquadrará o bem, podendo ser:

- 1.Bens Móveis
- 2.Bens Imóveis
- 3.Bens de Natureza Industrial
- 4.Valores
- 5.Bens Móveis em Processo de Aquisição
- 6.Bens Imóveis em Processo de Aquisição
- 7.Bens de Nat. Industrial em Processo de Aquisição

Tipo da Incorporação (#): Tipo da Operação, podendo ser:

- Aquisição
- Produção Própria
- Nascimento
- Doação
- Encampação
- Construção
- Permuta

Data da Operação: Dia, mês e ano em que foi concretizada a incorporação do bem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Número do Empenho: Este campo somente será utilizado quando o tipo da incorporação for proveniente da execução orçamentária.

Data do Empenho: Dia, mês e ano em que foi emitido o empenho.

Número do Documento Legal: Documento formal que dá legalidade para a incorporação do bem, tais como: Termo de Doação, Termo de Nascimento, Processo Administrativo, Laudo de Existência do Bem ou Nota Fiscal.

Data do Documento Legal: Dia, mês e ano em que foi emitido o Documento Legal de Incorporação.

Número da Licitação: Número seqüencial do processo licitatório, se o mesmo existir. Deverá ser compatível com a RELAÇÃO DE LICITAÇÕES.

Valor do Bem: Valor do bem ou valor atribuído ao bem.

Totais por Conta Contábil: Ao final do relatório será incluído resumo com os totais da coluna Valor do Bem segundo as contas contábeis.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RELAÇÃO DOS BENS INCORPORADOS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.11 - RELAÇÃO DOS BENS DESINCORPORADOS

Demonstra as baixas dos bens do patrimônio público. Sejam eles provenientes da execução do orçamento ou não.

Os totais, por conta contábil deste relatório, deverão ser iguais aos valores indicados na tabela “ATIVO PERMANENTE” do *Sistema de Captação de Dados Informatizados da PCA 2001*.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Descrição do Bem: Detalhamento da descrição dos bens.

Conta Contábil (#): Grupo em que se enquadrará o bem, podendo ser:

1. Bens Móveis
2. Bens Imóveis
3. Bens de Natureza Industrial
4. Valores
5. Bens Móveis em Processo de Aquisição
6. Bens Imóveis em Processo de Aquisição
7. Bens de Nat. Industrial em Processo de Aquisição

Tipo da Desincorporação (#): Tipo da Operação, podendo ser:

- Alienação
- Morte
- Roubo
- Doação
- Inservibilidade
- Perda
- Sinistro
- Permuta
- Transferência de dívida

Número da Licitação: Número sequencial do processo licitatório, se a mesma existir. As licitações realizadas para alienações de bens deverão estar relacionadas na RELAÇÃO DE LICITAÇÕES.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Data da Baixa: Dia, mês e ano da operação de desincorporação.

Valor Contábil do Bem: Valor pelo qual é efetuada a baixa do bem, devendo sempre ser o valor registrado no patrimônio e não o valor da alienação.

Valor da Alienação: Valor pelo qual é vendido o bem. O mesmo é demonstrado na receita orçamentária.

Totais por Conta Contábil: Ao final do relatório será incluído resumo com os totais das colunas Valor Contábil e Valor da Alienação segundo as contas contábeis.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RELAÇÃO DOS BENS DESINCORPORADOS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ...

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.12 - REPASSES DE FONTES PRÓPRIAS PARA APLICAÇÃO EM M.D.E.

Representa os recursos próprios aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a:

- Prefeitura Municipal
- Órgão de Ensino que detenha contabilidade descentralizada.

Código da Receita: Representa a codificação da receita em conformidade com a execução orçamentária.

Natureza da Receita: Refere-se à descrição das receitas utilizadas como fonte de recurso próprio.

Detalhe da Receita: Refere-se ao detalhamento da natureza da receita. Em caso de referência a naturezas que não contenham detalhes na contabilidade, a exemplo dos convênios e receitas diversas, estas deverão ser identificadas e agrupadas segundo as características que permitam a sua diferenciação.

Valor da Base de Cálculo (Receita Total = 100%): Identifica o total apropriado na receita que servirá como base para determinar o valor a ser aplicado na MDE.

Percentual de Aplicação: Índice percentual exigido de aplicação dos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, devendo ser respeitado o mínimo exigido pela legislação vigente. Recursos de convênios destinados ao ensino, aplicações financeiras dos valores repassados, alienações de bens antes em uso pelo setor educacional, cancelamentos de restos a pagar de empenhos da educação e financiamentos direcionados ao setor deverão ter aplicação integral.

Valor Repassado ao Ensino Fundamental (Acum. no Exerc.): Total dos recursos próprios aplicados na MDE no exercício financeiro de 2001.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

REPASSES DE FONTES PRÓPRIAS PARA APLICAÇÃO EM MDE

MUNICÍPIO: 0

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

Código da Receita	Natureza da Receita	Detalhe da Receita	Valor da Base de Cálculo (Receita total-100%)	% de Aplicação	Valor Repassado ao Ensino Fundamental (Acum.do exercício)
17210102	Participação na Receita da União	Cota Parte do FPM	0,00	10	0,00
17210901	Outras Transferências da União	LC 87/96	0,00	10	0,00
172201??	Transferências do Estado	Cota parte do ICMS	0,00	10	0,00
172201??	Transferências do Estado	IPI Exportação	0,00	10	0,00
11120200	Impostos	I P T U	0,00	25	0,00
11120800	Impostos	I T B I	0,00	25	0,00
11130500	Impostos	I S S Q N	0,00	25	0,00
111?????	Impostos		0,00	25	0,00
111?????	Impostos		0,00	25	0,00
17210104	Participação na Receita da União	Transferência do IRRF	0,00	25	0,00
17210105	Participação na Receita da União	Cota Parte do ITR	0,00	25	0,00
172201??	Transferências do Estado	IPVA	0,00	25	0,00
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	25	0,00
1320????	Receita Patrimonial	Receitas de Aplicações Financeiras	0,00	100	0,00
176001??	Convênios com a União	Convênio.....	0,00	100	0,00
176001??	Convênios com a União	Convênio.....	0,00	100	0,00
176001??	Convênios com a União	Convênio.....	0,00	100	0,00
176001??	Convênios com a União	Convênio.....	0,00	100	0,00
176002??	Convênios com o Estado	Convênio.....	0,00	100	0,00
176002??	Convênios com o Estado	Convênio.....	0,00	100	0,00
176002??	Convênios com o Estado	Convênio.....	0,00	100	0,00
176002??	Convênios com o Estado	Convênio.....	0,00	100	0,00
1990????	Receitas Diversas	Cancelamento de Restos a pagar da educação	0,00	100	0,00
21000000	Operações de Crédito	Discriminar financiamentos vinculados ao ensino	0,00	100	0,00
22000000	Alienação de Bens	Discriminar as alienações de bens do ensino	0,00	100	0,00
	Outros Recursos	Detalhar	0,00	100	0,00
17210900	Outras Transf.União	Salário Educação	0,00	100	0,00
			RESUMO		
			0,00	10%	0,00
			0,00	25%	0,00
			0,00	100%	0,00
			0,00		0,00

Nome do Resp...
Prefeito Municipal

Nome do cont..
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.13 - MOVIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Demonstra os Restos a Pagar e sua correspondente disponibilidade financeira ao término do exercício indicado.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a:

- Prefeitura Municipal
- Órgão de Ensino que detenha contabilidade descentralizada.

Recurso (#): Identifica a origem dos restos a pagar e do saldo bancário.
Sendo:

FUNDEF 60%
FUNDEF 40%
Outros Educação
Convênios

Ano: Ano do exercício em foco. As informações por recurso deverão referir-se necessariamente aos anos de 1999, 2000 e 2001.

Saldo de Restos a Pagar em 31/12: Valor do restos a pagar ao final do exercício correspondente.

Saldo Bancário em 31/12: Demonstra as disponibilidades existentes nas contas da Educação ao final de cada exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

MOVIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS DA EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

Recurs	Ano	Saldo de Restos a Pagar 31/1	Saldos Bancários em
Fundef 60%	1999	0,00	0,00
Fundef 60%	2000	0,00	0,00
Fundef 60%	2001	0,00	0,00
Fundef 40%	1999	0,00	0,00
Fundef 40%	2000	0,00	0,00
Fundef 40%	2001	0,00	0,00
Outros Educação	1999	0,00	0,00
Outros Educação	2000	0,00	0,00
Outros Educação	2001	0,00	0,00
Convênios	1999	0,00	0,00
Convênios	2000	0,00	0,00
Convênios	2001	0,00	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.14 - SERVIDORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDEF – 60%

Corresponde as despesas efetuadas com pessoal vinculado à valorização do magistério, através dos recursos recebidos do FUNDEF.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: • Prefeitura Municipal
• Órgão de Ensino que detenha contabilidade descentralizada.

Nome do Servidor: Nome completo do servidor.

Função: Cargo em que foi nomeado o servidor.

Qualificação (#): Refere-se somente a dois tipos de qualificação:

1. Plena
2. Leigo
3. Outros

Atividade (#): Indica onde desempenha sua função, sendo obrigatoriamente indicado se:

Docência
Direção ou Administração
Supervisão
Planejamento
Inspeção
Orientação Educacional

Data de Admissão: Dia, mês e ano da admissão do servidor.

Salário de Dezembro/2001: Vencimentos percebidos pelo servidor no referido mês.

Total do Ano: Valor total dos salários percebidos pelo servidor no exercício financeiro de 2001.

Encargos Sociais do Ano: Valor Total dos encargos sociais incidentes sobre os vencimentos do servidor, pago com os recursos do FUNDEF – 60%.

Totais: O relatório conterá resumo com as somas das três colunas de valor, detalhando segundo a qualificação dos profissionais da educação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

SERVIDORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDEF - 60%

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Resp...
Prefeito Municipal

Nome: _____
Encarregado de Recursos Humanos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.15 - RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

Demonstra o acompanhamento das disposições legais relativas ao cumprimento das obrigações com a Previdência Própria.

A este relatório deverão ser anexadas NOTAS EXPLICATIVAS destacando os percentuais de contribuição devidos pelos servidores e pela administração, bem como descrevendo as ocorrências que possam interferir na determinação das obrigações devidas.

Dados Mensais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Mês: Mês do ingresso do recurso.

Base de Cálculo (Folha de Pagamento): Indica o valor que servirá como base para cálculo da contribuição do segurado.

Percentual Devido Servidores: Índice a ser aplicado sobre a base de cálculo (FOLHA DE PAGAMENTO). Deverá corresponder ao percentual de contribuição dos servidores definido na lei que regulamentou o sistema próprio de previdência.

A primeira linha do relatório, relativa ao mês 12/2000, deverá indicar o saldo acumulado devido e não recolhido ao sistema até o encerramento de exercício de 2000.

Valor Descontado Servidores: Valor correspondente à contribuição mensal dos servidores, relativa à aplicação do índice devido sobre a base de cálculo.

Percentual Devido Empregador: Índice a ser aplicado sobre a base de cálculo (FOLHA DE PAGAMENTO). Deverá corresponder ao percentual de contribuição da administração definido na lei que regulamentou o sistema próprio de previdência. A inexistência de contribuição do empregador deverá ser esclarecida em NOTAS EXPLICATIVAS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Valor Devido Empregador: Valor correspondente à contribuição mensal do empregador, como resultado da aplicação do percentual devido sobre a base de cálculo..

A primeira linha do relatório, relativa ao mês 12/2000, deverá indicar o saldo acumulado devido e não recolhido ao sistema até o encerramento de exercício de 2000.

Valor Recolhido Servidores: Valor mensal efetivamente repassado ao Plano Previdenciário, correspondente à parte que cabe aos servidores.

Valor Recolhido Empregador: Valor mensal efetivamente repassado ao Plano Previdenciário, correspondente à parte que cabe ao empregador.

Juros Moratórios e Encargos Pagos: Refere-se aos acréscimos incidentes pelo não recolhimento nos prazos legais.

Cancelamentos: Representa as reduções das obrigações provenientes de cancelamentos efetuados na previdência própria. Os cancelamentos realizados deverão ser esclarecidos quanto à sua procedência e aplicabilidade em NOTAS EXPLICATIVAS.

Saldo a Recolher: Valor indicativo do resíduo (saldo) entre o valor devido e o efetivamente recolhido ao Plano de Previdência ou das contribuições que não foram integralmente repassadas, inclusive os totais devidos em 12/2000, contidos na primeira linha do relatório.

Totais: O relatório conterá totais por coluna.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RECOLHIMENTOS À PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

Mês	Base de Cálculo (Folha de Pagamento)	% Devido Servidores	Valor Descontado Servidores	% Devido Empregador	Valor Devido Empregador	Valor Recolhido Servidores	Valor Recolhido Empregador	Juros Moratórios e Encargos Pagos	Cancelamentos	Saldo a Recolher
12/2000			0,00		0,00					0,00
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMAS			0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.16 - ENCARGOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA – INSS

Demonstra o acompanhamento das obrigações legais com o Regime Geral de Previdência Social – INSS. Mesmo que o município esteja organizado em sistema próprio de previdência, será necessário elaborar este demonstrativo em relação aos servidores vinculados ao regime geral, tais como os cargos em comissão, temporários, avulsos, etc.

Dados Mensais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Mês: Mês do ingresso do recurso. A primeira linha corresponderá aos saldos devidos acumulados até o mês 12/2000, relativamente aos valores descontados dos servidores e cota patronal.

Base de Cálculo (Folha de Pagamento): Indica o valor que servirá como base para cálculo da contribuição dos segurados.

Valor Descontado Servidores: Valor correspondente à contribuição mensal descontada dos servidores.

Valor Devido Empregador: Valor correspondente à contribuição mensal devida pelo empregador, que deverá corresponder a 21% sobre a base de cálculo.

Valor Recolhido Servidores: Valor efetivamente repassado ao INSS, correspondente a parte que cabe aos servidores.

Valor Recolhido Empregador: Valor efetivamente repassado ao INSS, correspondente a parte que cabe ao empregador.

Total Recolhido Referente ao Mês: Corresponde ao somatório dos recolhimentos dos servidores e da parte patronal.

Juros Moratórios e Encargos Pagos: Refere-se aos acréscimos incidentes pelo não recolhimento nos prazos legais.

Data do Recolhimento: Dia, mês e ano em que foram efetivamente recolhidos os encargos sociais.

Totais: O relatório conterá totais por coluna.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

ENCARGOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA - INSS

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

Mês	Base de Cálculo (Folha de Pagamento)	Valor Descontado Servidores	Valor Devido Empregador	Valor Recolhido Servidores	Valor Recolhido Empregador	Total Recolhido referente ao mês	Juros Moratórios e Encargos	Data do Recolhimento
12/2000		0,00	0,00					
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.17 - SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL

Contém a relação dos servidores da Câmara Municipal e demonstra o montante gasto com a respectiva folha de pagamento no exercício.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: • Câmara Municipal

Nome do Servidor: Nome completo do servidor.

Regime (#): Indica o regime de vinculação do servidor pelo qual foi contratado ou nomeado, devendo ser indicada uma das opções a seguir:

Efetivo Estatuto

Efetivo CLT

Em Comissão

Estágio

Função: Nome do cargo em que foi nomeado o servidor.

Data de Admissão: Dia, mês e ano da admissão do servidor.

Salário de Dezembro/2001: Vencimentos percebidos pelo servidor no referido mês. Não deverão ser incluídos neste valor as parcelas de 13º salário.

Total do Ano: Valor total dos salários percebidos pelo servidor no exercício financeiro de 2001, inclusive 13º salário.

Total de Encargos Sociais do Ano: Valor Total dos encargos sociais incidentes sobre os vencimentos do servidor. Estes valores deverão estar empenhados no elemento de despesa 3113.0000 – Obrigações Patronais.

Totais: O relatório conterá totais por coluna de valor. A soma das colunas “Total do Ano” e “Total dos Encargos Sociais do Ano” deverão ser iguais aos totais empenhados no exercício para a natureza de despesa 3110.0000 – Pessoal Civil, conforme demonstrativos da execução orçamentária do Poder Legislativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.18 - QUADRO DE PESSOAL

Demonstra a composição do quadro funcional das Entidades, e resume as movimentações ocorridas no exercício.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a:

- Prefeitura Municipal
- Câmara Municipal
- Fundos
- Fundações
- Autarquias

Descrição da Função: Nome da função conforme o Plano de Cargos da Entidade.

Espécie (#): Situação funcional, podendo ser:

Concursado Estatutário
Concursado CLT
Em Comissão
Teste Seletivo (CLT)
Estagiário

Número Total de Funções: Número total de funções que constam no Plano de Cargos. Deverá ser considerada a situação em 31/12/2001, incluindo todas as alterações legais ocorridas.

Ocupadas em 31/12/2000: Total de funções preenchidas na data de 31/12/2000.

Exonerações, Desligamentos e Aposentadorias INSS: Baixas ocorridas no exercício financeiro de 2001 via exonerações ou desligamentos, inclusive as rescisões de contrato por aposentadoria pelo INSS.

Aposentadoria Regime Próprio Independente: Número de servidores aposentados através de regimes próprios não dependentes do Tesouro Municipal.

Aposentadoria pelo Tesouro do Município: Número de servidores aposentados vinculados ao recurso do Tesouro Municipal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Admissões por Concurso: Total de servidores admitidos por Concurso Público.

Admissões por Prazo Determinado: Total de servidores admitidos via Teste Seletivo.

Outras Admissões: Total de servidores admitidos nos casos de Estágio e Cargo em Comissão.

Ocupadas em 31/12/2001: Total das funções preenchidas até a data de 31/12/2001.

Vagas Disponíveis: Número de funções não preenchidas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.19 - RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA

Demonstra o registro da movimentação de pessoal junto ao Tribunal de Contas.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Número do Protocolo Junto ao TCE: Número do processo, registrado no Tribunal de Contas.

Data do Protocolo: Data do processo registrado no Tribunal de Contas

Modalidade (#): Podendo ser:

- Admissão por Concurso
- Admissão por Teste Seletivo
- Aposentadoria

Quantidade de Admissões/Aposentadorias: Quantidade de movimentação por modalidade.

Totais do Ano: Soma das admissões e aposentadorias do ano de 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO E APOSENTADORIA

MUNICÍPIO: 0

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Resp...
Prefeito Municipal

Nome: _____
Encarregado de Recursos Humanos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.20 - DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Demonstrativo dos gastos efetuados com divulgação de matérias publicitárias do Município. Inclui-se como publicidade as despesas relativas a confecção de material de divulgação tais como fotolitos, folders, placas, faixas, folhetos, bem como os anúncios e campanhas realizadas pela imprensa escrita, falada e televisionada. Deve-se considerar, também as remunerações e comissões pagas às agências de publicidade em decorrência da criação e realização das campanhas de publicidade.

Além destas despesas, serão relacionados os pagamentos e/ou contratos com jornais e emissoras de rádio e televisão, ainda que não vinculados a campanhas de publicidade ou anúncios específicos.

Obs. Não deverão ser relacionadas as despesas com publicação de atos oficiais, do tipo Leis, Decretos, Resoluções, Editais, Relatórios LRF e outros.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Número do Empenho: Número seqüencial do empenho. Deverão ser repetidas tantas linhas do empenho quantos forem os pagamentos realizados em datas diferentes.

Data: Dia, mês e ano do empenho.

Órgão de Divulgação: Nome da empresa contratada para executar a publicidade.

Valor Empenhado: Montante correspondente a despesa.

Valor Pago: Valor pago do referido empenho na data especificada.

Data do Pagamento: Dia, mês e ano do desembolso do empenho. Haverão tantas linhas do mesmo empenho quantos forem os pagamentos realizados.

Descrição da Publicidade: Detalhamento da despesa executada.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Exercício de 2001

Número do Empenho	Data	Órgão de Divulgação	Valor Empenhado	Valor Pago	Data do Pagamento	Descrição da Publicidade
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
			0,00	0,00		
		TOTAIS	0,00	0,00		

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.21 - RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DOS PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

Contém a lista das licitações realizadas no exercício financeiro de 2001, tanto para aquisições de bens e contratação de serviços, como para realização de obras públicas.

Serão relacionados também todos os processos realizados para alienações de bens móveis e imóveis, de acordo com as modalidades aplicáveis.

Além destes, deverão constar os processos de licitação cancelados, e os de dispensa ou inexigibilidade nos termos das exigências contidas no Estatuto das Licitações – Lei 8666/86.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Número da Licitação: Número do procedimento licitatório.

Modalidade (#): Tipo de licitação, podendo ser:

- Convite
- Tomada de Preços
- Concorrência
- Concurso
- Leilão
- Pregão
- Processo Cancelado
- Processo de Dispensa
- Processo de Inexigibilidade

OBS.: Não deverão constar as despesas dispensadas de licitação nos termos do art. 24, incisos I e II, da Lei 8666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Descrição do Objeto: Descrição sucinta do bem ou serviço licitado. Admite-se a indicação agrupada do objeto quando referir-se a bens ou serviços de natureza similar. Quando a licitação for homologada por itens, estes deverão estar indicados na descrição do objeto.

Por exemplo: “Compra de medicamentos para o almoxarifado do posto de saúde. Homologados os itens 1, 2, 10, 34, 35, 36, 37.....”

Atenção: Deverão ser abertas tantas linhas no relatório quantos forem os vencedores e objetos diferenciados.

Data do Julgamento: Dia, mês e ano do julgamento das propostas.

Data da Homologação: Dia, mês e ano da homologação do procedimento licitatório.

Identificação do Fornecedor: Número do CNPJ ou CPF. Admite-se a utilização do RG quando o CPF for expressa e declaradamente inexistente.

Nome do Fornecedor: Nome ou razão social completos do vencedor do processo.

Número do Empenho: Número do empenho emitido em função da homologação do objeto ao fornecedor. Deverá existir necessariamente um empenho para cada fornecedor.

Data do Empenho: Dia, mês e ano do empenho.

Valor Empenhado: Corresponde ao montante empenhado em favor do vencedor.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DOS PROCESSOS DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

MUNICÍPIO: 0

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

[illegible]

Nome do Resp...
Prefeito Municipal

Nome do cont..
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.22 - RELAÇÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS / PRECATÓRIOS

São os compromissos determinados através de vias judiciais. Neste relatório serão incluídas todas as obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo pagamento não tenha sido realizado até 31/12/2000. Desta forma, serão listados também as sentenças pagas no exercício financeiro de 2001.

A inclusão neste demonstrativo não depende da inclusão em orçamentos ou mesmo da emissão de empenhos.

Importante: Não deverão ser consideradas as obrigações inscritas na DÍVIDA FUNDADA, por qualquer motivo. Neste caso, as dívidas deverão estar detalhadas no Passivo Permanente, em contas analíticas individualizadas por sentença.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: Prefeitura Municipal
Câmara Municipal
Fundos
Fundações
Autarquias

Data da Sentença: Dia, mês e ano do ato judicial.

Data da Notificação: Dia, mês e ano do recebimento da notificação judicial.

Descrição da Sentença: Descrição sucinta da natureza das obrigações originadas da demanda judicial.

Tipo do Processo (#): Podendo ser de natureza:

Trabalhista
Outros Alimentares
Outros Indenizatórios

Credor: Nome do(s) beneficiário(s) do processo. Quando a ação for coletiva, deverá ser indicado o nome do primeiro reclamante da lista, seguido da expressão “e outros”.

Quando os reclamantes no processo judicial forem em pequeno número ou a quantia devida individualmente for significativa, deverão ser relacionados os credores separadamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Número de Partes: Quantidade de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no processo, quando a ação for coletiva. No caso de ação individual indicar o número “um”.

Valor Total Atribuído: Montante determinado pela autoridade judicial. Em se tratando de saldos residuais de precatórios, demonstrar o valor do saldo a pagar em 31/12/2000, indicando na descrição que se trata de resíduo.

Inclusão no Orçamento: Ano da proposta orçamentária em que foi incluída a obrigação. Trata-se do ano em que será executado o orçamento.

Data do Pagamento: Dia, mês e ano do desembolso. Repetir linhas em caso de pagamentos parciais durante o ano de 2001.

Valor Total Pago no Exercício: Montante do desembolso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.23 - RELAÇÃO DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS CONCEDIDAS

Indica o montante de repasses realizados pelo Município às entidades não governamentais de caráter social e assistencial.

Cabe à administração e seu sistema de controle interno receber, analisar e manter arquivos das prestações de contas das subvenções concedidas, para fins de disponibilização ao Controle Externo.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade Pública a que se refere o relatório.

Aplica-se a:

- Prefeitura Municipal
- Fundos
- Fundações
- Autarquias

Data do Repasse: Dia, mês e ano do repasse.

Número do Empenho: Número seqüencial do empenho. Deverão ser individualizados todos os empenhos relativos a subvenções sociais.

Lei Autorizatória: Número do instrumento legal que autorizou a subvenção.

Atenção: A lei autorizatória deverá ser, necessariamente, diferente da Lei Orçamentária Anual.

Nome da Entidade Beneficiada: Nome completo da Entidade beneficiada.

Tipo de Entidade (#): Conforme a finalidade da entidade, devendo ser uma das seguintes opções:

Assistência Social
Educativa
Associações
Cooperativas

Descrição da Contrapartida em Serviços: Descrição sucinta dos serviços prestados pela Entidade beneficiada com a subvenção, como contraprestação aos recursos recebidos.

Unidade de Medida: Unidade mensurável da subvenção, nos termos do parágrafo Único do art. 16 da Lei 4320/64. A unidade de medida deverá guardar correlação com a Descrição da Contrapartida em Serviços.

Quantidade Realizada: Parcela concluída com os recursos repassados.

Valor Repassado: Valor repassado à Entidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.24 - CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO – art. 62 – L.R.F.

Demonstra as despesas efetuadas com órgãos de outras esferas governamentais, como por exemplo o custeio de atividades da justiça e segurança pública.

A realização destes dispêndios estará condicionada à celebração de termo de ajuste com os Poderes da União ou Estado, e deverá ser autorizado na Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Número do Empenho: Número seqüencial do empenho.

Data do Empenho: Dia, mês e ano do empenho.

Projeto/Atividade: Classificação funcional programática da despesa. Preferencialmente, a despesa autorizada objeto do termo de ajuste deverá estar destacada em projeto ou atividade específico.

Descrição da Aplicação: Detalhamento da despesa, que deverá estar compatível com o objeto do termo de ajuste celebrado.

Nome do Órgão: Nome do órgão beneficiado.

Unidade: Unidade mensurável de medida, de acordo com o objeto da despesa.

Quantidade Realizada: Número de unidades realizadas.

Valor Orçado: Valor autorizado a ser gasto.

Valor Realizado: Representa a despesa empenhada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.25 - DETALHES DE CONTAS GENÉRICAS DA RECEITA

Demonstra o detalhamento de contas sintéticas, tais como: outras receitas, receitas diversas, outras transferências.

Município: Nome do Município.

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Código da Receita: Codificação da receita utilizada na proposta orçamentária.

Descrição: Detalhamento analítico das receitas utilizadas com nomes genéricos. As arrecadações serão desdobradas segundo a natureza de modo a identificar com precisão a origem dos recursos.

Arrecadado do Ano: Montante arrecadado no exercício.

Total do Código: Representa o somatório de cada um dos valores enunciados na descrição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

DETALHES DE CONTAS GENÉRICAS DA RECEITA

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

Código da Receita	Descrição	Arrecadado do Ano
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
	TOTAL DO CÓDIGO	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.26 - RECEITAS DE 2000 – BASE DE CÁLCULO DAS DESPESAS DA CÂMARA

Demonstra o total dos valores arrecadados no exercício financeiro de 2000, que servirão como base de cálculo para apuração dos limites de despesas da câmara no exercício financeiro de 2001, conforme determina a E.C. 25.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: Prefeitura Municipal

Alínea da Receita: Codificação da receita utilizada. Serão consideradas todas as alíneas de receita relativas:

- a) Às Receitas Tributárias, incluindo impostos, taxas e contribuição de melhoria;
- b) Transferência da cota parte do FPM;
- c) Transferências do IRRF;
- d) Participação na receita do ITR;
- e) Transferência da cota parte do imposto sobre o ouro;
- f) Transferência da cota parte do ICMS;
- g) Transferência do IPVA;
- h) Transferência do IPI exportação – valor bruto arrecadado;
- i) Receitas da dívida ativa tributária.

Descrição: Nome da conta de receita.

Arrecadado em 2000: Montante dos valores arrecadados.

Total: O relatório conterá o total arrecadado no ano.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

RECEITAS DE 2000 - BASE DE CÁLCULO DAS DESPESAS DA CÂMARA

MUNICÍPIO: 0

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Alínea da Receita	Descrição	Arrecadado em 2000
11120000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	
11120200	I P T U	0,00
11120800	I T B I	0,00
1112????		0,00
1112????		0,00
11130000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	
11130500	I S S Q N	0,00
111?????		0,00
11200000	TAXAS	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	
1121????		0,00
1121????		0,00
1121????		0,00
1121????		0,00
1121????		0,00
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	
1122????		0,00
1122????		0,00
1122????		0,00
1122????		0,00
1122????		0,00
11300000	Contribuição de Melhoria	0,00
17210100	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	
17210102	Cota Parte do FPM	0,00
17210104	Transferência do IRRF	0,00
17210105	Cota Parte do ITR	0,00
172101??	Cota Parte de Operações com Ouro	0,00
17220100	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	
172201??	Cota parte do ICMS	0,00
172201??	IPVA	0,00
172201??	IPI Exportação	0,00
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00
	TOTAL DA BASE DE CÁLCULO	0,00

Nome do Resp...
Prefeito Municipal

Nome do cont..
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.27 - SERVIÇO DE TERCEIROS (DEDUÇÕES) – art. 72 - L.R.F.

Demonstra os valores a serem deduzidos das despesas 3131.0000 (Remuneração de Serviços Pessoais) e 3132.0000 (Outros Serviços e Encargos), indicando o valor ajustado das despesas com serviços de terceiros.

Visando preservar critério único de apuração, deverão ser informados os dados desde o exercício financeiro de 1999.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

- Aplica-se a:
- Prefeitura Municipal
 - Câmara Municipal
 - Fundos
 - Fundações
 - Autarquias

Código da Despesa: Codificação da despesa conforme a execução orçamentária. Em caso de existir detalhamentos, estes deverão ser indicados.

Credor: Nome do credor, devendo ser individualizados os credores relativos aos empenhos que estão sendo excluídos da despesa com serviços de terceiros.

Descrição da Despesa: Histórico da despesa. Deverão ser agrupados todos os empenhos segundo o credor e as características similares de despesa.

Valores: Grupo 3131 – Na primeira linha deverá ser indicado o valor total empenhado no respectivo elemento de despesa, nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Valores: Nas demais linhas, deverão ser indicados os valores correspondentes aos serviços de mão de obra terceirizada, desde que considerados no cômputo da despesa total com pessoal (art.18, § 1º), os quais serão deduzidos do total empenhado no grupo 3131. Os dados deverão ser agrupados a partir da relação de empenhos, segundo o credor e a descrição da despesa. Estes valores devem corresponder aos exercícios de 1999, 2000 e 2001.

Despesa Ajustada do Elemento 3131.0000: Na última linha “Despesa ajustada do elemento 3131.0000” constará o valor devidamente ajustado do elemento 3131 menos as suas deduções.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

Valores: Grupo 3132 – Na primeira linha deverá ser indicado o valor total empenhado no respectivo elemento de despesa, nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Valores: Nas demais linhas, deverão ser indicados os valores que não correspondem a prestação de serviços, para fins do art. 72 da LRF, os quais serão deduzidos do total empenhado no grupo 3132. Os dados deverão ser agrupados a partir da relação de empenhos, segundo o credor e a descrição da despesa, cabendo observar, ainda, que caso haja detalhamento dos elementos de despesa, os mesmos deverão ser relacionados de acordo com a sua codificação.

Estes valores devem corresponder aos exercícios de 1999, 2000 e 2001.

Despesa Ajustada do Elemento 3132.0000: Na última linha “Despesa ajustada do elemento 3132.0000”, constará o valor devidamente ajustado do elemento 3132, menos as suas deduções.

Total Líquido Gasto nos Anos de 1999, 2000 e 2001: É o somatório dos campos “Despesa ajustada do elemento 3131.0000” e “Despesa ajustada do elemento 3132.0000”, em cada exercício.

Receita Corrente Líquida Apurada nos Anos de 1999, 2000 e 2001: É a receita corrente líquida apurada nos termos do art. 2º, IV da L.C. 101/00

Percentual Aplicado nos Anos de 1999, 2000 e 2001: Percentual da despesa ajustada com serviços de terceiros em relação à receita corrente líquida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

SERVIÇOS DE TERCEIROS (DEDUÇÕES) - art. 72 - LRF

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Código da Despesa	Credor	Descrição da Despesa	Exercício de 1999	Exercício de 2000	Exercício de 2001
3131.0000		REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	0,00	0,00
3131.????			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
		DESPESA AJUSTADA DO ELEMENTO 3131.0000	0,00	0,00	0,00
3132.0000		OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00
3132.????			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
		DESPESA AJUSTADA DO ELEMENTO 3132.0000	0,00	0,00	0,00

	1999	2000	2001
TOTAL LÍQUIDO GASTO ANUALMENTE	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM CADA ANO	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL APLICADO	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

3.28 - DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM A SAÚDE

Demonstra a movimentação financeira ocorrida no exercício, assim como os saldos em disponibilidade do exercício anterior e para o exercício subsequente.

Este quadro deverá ser preenchido apenas pela Prefeitura Municipal, mesmo quando a execução das despesas com a saúde for realizada de forma descentralizada.

Dados Anuais

Entidade: Nome da Entidade a que se refere o relatório.

Aplica-se a: • Prefeitura Municipal

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Código da Receita: Codificação da receita orçamentária utilizada na proposta orçamentária.

Descrição: Nome da conta de receita. Deverão ser indicados os detalhes das receitas, mesmo que contabilizadas em um mesmo código, como no caso dos convênios que deverão ser individualizados.

Valores da Receita: Montante dos valores arrecadados em cada detalhe.

RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Código da Receita: Para o grupo extra-orçamentário, esta coluna não deverá ser preenchida.

Descrição: Nome da conta de receita extra-orçamentária, pré-definidos em Inscrição de Restos a Pagar, Depósitos em Consignação e Contas do Realizável.

Valores da Receita: Montante dos valores arrecadados nas contas extra-orçamentárias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

DISPONÍVEL DO ANO ANTERIOR

Deverá demonstrar o saldo das contas bancárias (conta movimento e vinculadas) do ano anterior.

SALDOS FINANCEIROS DO ANO ANTERIOR

Demonstra o ativo e o passivo financeiro do exercício anterior, na área de saúde, destacando o saldo das contas do realizável, dos depósitos em consignação e de restos a pagar.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Código da Despesa: Codificação da despesa orçamentária utilizada na proposta orçamentária. Identificando inicialmente o número do projeto ou da atividade (código com quatro dígitos iniciando com número par para atividades e ímpar para projetos). Em seguida, a natureza da despesa (oito dígitos).

Importante: Caso o Município participe de Consórcio Intermunicipal de Saúde, as transferências a este deverão ser individualizadas como um projeto/atividade, destacando-se o seu código e as despesas realizadas com os respectivos repasses, devidamente rateadas com os seguintes detalhes:

- Pessoal e Encargos Sociais
- Terceirização de Serviços – Pessoa Jurídica
- Terceirização de Serviços – Pessoa Física
- Compra de Medicamentos e Materiais de Ambulatório
- Outros Materiais de Consumo
- Demais Despesas de Custeio
- Equipamentos e Material Permanente
- Outras Despesas de Capital

Descrição: Identifica inicialmente o nome do projeto ou da atividade. Em seguida, a descrição da natureza da despesa.

Valores da Despesa: Montante dos valores empenhados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Código da Despesa: Para o grupo extra-orçamentário, esta coluna não deverá ser preenchida.

Descrição: Nome da conta de despesa extra-orçamentária.

Valores da Despesa: Montante dos valores pagos.

DISPONÍVEL PARA O ANO SEGUINTE

Deverá demonstrar o saldo das contas bancárias (conta movimento e vinculadas) para o ano seguinte.

SALDOS FINANCEIROS PARA O ANO SEGUINTE

Demonstra o ativo e o passivo financeiros do exercício, para o ano seguinte, na área de saúde, destacando o saldo das contas do realizável, dos depósitos em consignação e de restos a pagar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

Anexo III da Instrução Técnica nº 1/2002

Relatórios Padronizados da Prestação de Contas Anual – Exercício Financeiro de 2001

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM A SAÚDE

MUNICÍPIO:

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Exercício de 2001

Código da Receita	Descrição	Valores da Receita	Código da Despesa	Descrição da Despesa	Valores da Despesa
	RECEITAS TRANSFERIDAS		????	Nome do Projeto Atividade	0,00
172109??	Ministério da Saúde - PAB	0,00	3111.0000	Pessoal Civil	0,00
	Convênio Médico da Família	0,00	3113.0000	Obrigações Patronais	0,00
	Convênio Combate à Dengue	0,00	3131.0000	Remuneração de Serviços Pessoais	0,00
	Convênio Agentes Comunitários	0,00	3132.0000	Outros Serviços e Encargos	0,00
	Discriminar....	0,00	3191.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
	Discriminar....	0,00	4120.0000	Equipamentos e Material Permanente	0,00
	Discriminar....	0,00			
	Discriminar....	0,00	????	Nome do Projeto Atividade	0,00
			3111.0000	Pessoal Civil	0,00
			3113.0000	Obrigações Patronais	0,00
			3131.0000	Remuneração de Serviços Pessoais	0,00
	RECURSOS PRÓPRIOS		3132.0000	Outros Serviços e Encargos	0,00
	Aplicações de recursos próprios	0,00	3191.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
			4120.0000	Equipamentos e Material Permanente	0,00
			????	Nome do Projeto Atividade	0,00
			3111.0000	Pessoal Civil	0,00
			3113.0000	Obrigações Patronais	0,00
			3131.0000	Remuneração de Serviços Pessoais	0,00
			3132.0000	Outros Serviços e Encargos	0,00
			3191.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
			4120.0000	Equipamentos e Material Permanente	0,00
			????	Nome do Projeto Atividade	0,00
			3111.0000	Pessoal Civil	0,00
			3113.0000	Obrigações Patronais	0,00
			3131.0000	Remuneração de Serviços Pessoais	0,00
			3132.0000	Outros Serviços e Encargos	0,00
			3191.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
			4120.0000	Equipamentos e Material Permanente	0,00
			????	Transferências ao Consórcio de Saúde	0,00
				Pessoal e Encargos Sociais	0,00
				Terceirização de Serviços - Pessoa Jurídica	0,00
				Terceirização de Serviços - Pessoa Física	0,00
				Compra de Medicamentos e	0,00
				Outros Materiais de Consumo	0,00
				Outras Despesas de Custeio	0,00
				Equipamentos e Material Permanente	0,00
				Outras Despesas de Capital	0,00
	Total da Receita Orçamentária	0,00		Total da Despesa Orçamentária	0,00
	Inscrição de Restos a Pagar	0,00		Pagamentos de Restos a Pagar	0,00
	Depósitos em Consignação	0,00		Depósitos em Consignação	0,00
	Outras Operações (Realizável)	0,00		Outras Operações (Realizável)	0,00
	Total da Receita Extra-Orçamentária	0,00		Total da Despesa Extra-Orçamentária	0,00
	Disponível do Ano Anterior	0,00		Disponível para o Ano Seguinte	0,00
	Bancos c/movimento	0,00		Bancos c/movimento	0,00
	Bancos c/Vinculada - PAB	0,00		Bancos c/Vinculada - PAB	0,00
	Bancos c/Vinculada - Convênios	0,00		Bancos c/Vinculada - Convênios	0,00
	TOTAL DA RECEITA	0,00		TOTAL DA DESPESA	0,00

SALDOS FINANCEIROS DO ANO ANTERIOR			SALDOS FINANCEIROS PARA O ANO SEGUINTE		
Ativo	Saldos de Outras Operações (Realizável)	0,00	Ativo	Saldos de Outras Operações (Realizável)	0,00
Passivo	Saldo de Depósitos em Consignação	0,00	Passivo	Saldo de Depósitos em Consignação	0,00
Passivo	Saldo de Restos a Pagar	0,00	Passivo	Saldo de Restos a Pagar	0,00

Nome do Responsável
Prefeito Municipal

Nome do Responsável pela Secr. Saúde
Cargo

Nome do contador
CRC/PR: 21.965-1